

Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 2º Quadrimestre de 2009, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O XIV Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 28 de setembro de 2009, tratará da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2009.

Como fonte de informação foi utilizado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao 4º bimestre de 2009 e do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º Quadrimestre de 2009, publicados no Órgão Oficial de Rio das Ostras – Ano IX – nº 442 – de 25/09 a 01/10/2009 e complementadas pela Secretaria Municipal de Fazenda.

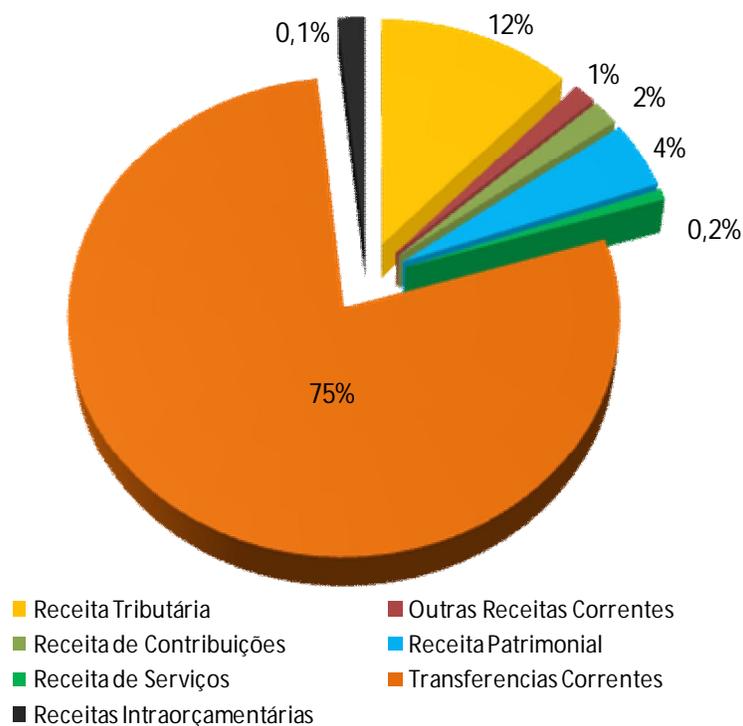
EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 2º Quadrimestre de 2009.

Em R\$ Mil

Especificação	Receita Arrecadada
Receitas Correntes	241.159,7
<i>Receita Tributária</i>	29.331,3
Impostos	27.107,8
Taxas	2.223,5
<i>Receita de Contribuições</i>	4.175,7
Contribuições Sociais	2.973,4
Contribuições Econômicas	1.202,3
<i>Receita Patrimonial</i>	11.137,1
Receitas de Valores Mobiliários	11.137,1
<i>Receita de Serviços</i>	1.773,7
<i>Transferências Correntes</i>	191.292,2
Transferências Intergovernamentais	191.270,8
Transferências de Instituições Privadas	20,0
Transferências de Pessoas	1,4
<i>Outras Receitas Correntes</i>	3.449,7
Receitas Intraorçamentárias	4.032,1
Receita de Contribuições	4.032,1
TOTAL DA RECEITA LIQUIDA	245.191,8

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB



EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Comparando a arrecadação do 2º Quadrimestre de 2009 em relação ao 2º quadrimestre de 2008, verificamos uma queda na arrecadação equivalente a 28%, conforme demonstrado abaixo.

Especificação	2008	2009
Receitas Correntes	334.563,0	241.159,7
Receita Tributária	33.437,2	29.331,3
Receita de Contribuições	3.565,3	4.175,7
Receita Patrimonial	11.267,8	11.137,1
Receita de Serviços	1.374,9	1.773,7
Transferências Correntes	281.730,5	191.292,2
Outras Receitas Correntes	3.187,3	3.449,7
Receitas de Capital	200,0	-
Transferência de Capital	200,0	-
Receitas Intraorçamentárias	4.026,7	4.032,1
Receita de Contribuições	4.026,7	4.032,1
Total	338.789,7	245.191,8

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

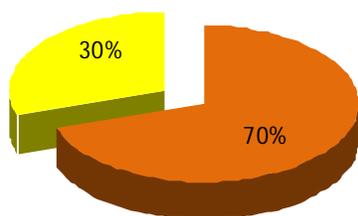
2008	338.789,7
-------------	------------------

2009	245.191,8
-------------	------------------

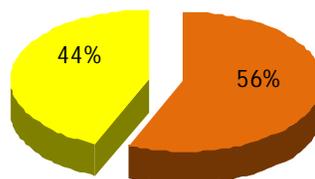
EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES

Destaca-se o valor referente às transferências dos recursos *ROYALTIES*, que representam aproximadamente 56% da arrecadação municipal.

		2008		2009	
		236.555,1	70%	138.508,0	56%
		102.234,6	30%	106.683,8	44%
Total		338.789,7	100%	245.191,8	100%

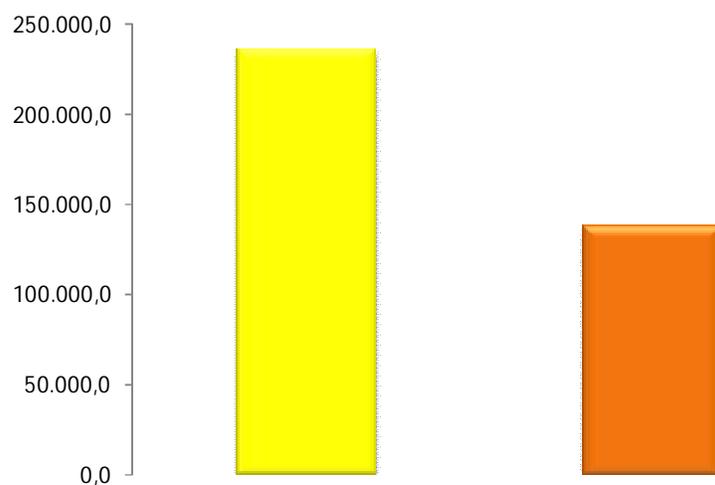


2008



2009

Comparando o comportamento das transferências dos recursos *royalties* no 2º Quadrimestre de 2009, fica demonstrada uma queda significativa em relação ao mesmo período de 2008 de R\$ 98 milhões, correspondente a 41%.



Em R\$ Mil

2008	2009
236.555,1	138.508,0

Diante da drástica redução na arrecadação dos *royalties* e participação especial, no 1º quadrimestre de 2009, a administração municipal, por intermédio do Decreto nº 033/2009, em 01/04/2009, foi obrigada a decretar o contingenciamento dos empenhos das dotações orçamentárias e das movimentações financeiras dos órgãos da Administração Direta em 46% para o ano de 2009, relativo à Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.

A medida atende a uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e visa a assegurar o equilíbrio entre receitas previstas para o exercício financeiro de 2009.

É dever do Poder Executivo conduzir ações essenciais de forma responsável, priorizando a economicidade, parcimônia, austeridade e o respeito ao dinheiro público, mantendo a excelência nos serviços essenciais prestados nas áreas da educação, saúde e assistência social.

DESPESA COM PESSOAL

Destacamos por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação à Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	
RECEITAS CORRENTES	
Receita Tributária	45.110,1
Receita de Contribuições	6.800,8
Receita Patrimonial	17.970,3
Receita de Serviços	2.827,5
Transferências Correntes	336.146,6
Outras Receitas Correntes	5.053,9
(-) Dedução da Receita Corrente	11.033,9
(-) Contribuição para RPPS	5.136,3
TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA	397.739,0

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
Pessoal Ativo	140.743,6
Pessoal Inativo	1.205,6
Outras Despesas de Pessoal Dec. Contr. Terceirização	1.559,2
(-) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	1.153,9
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS	142.354,5

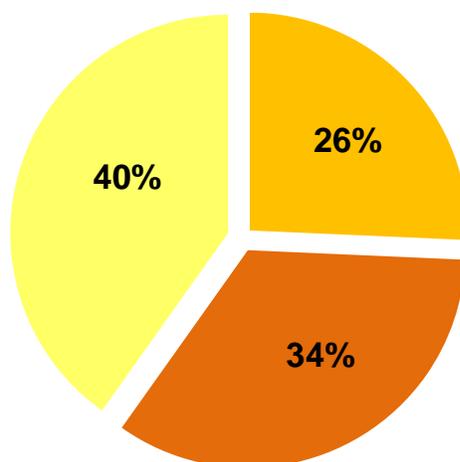
Em R\$ Mil

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	60,00%	238.643,4
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	226.711,2
Total da Despesa com Pessoal	35,79%	142.354,5

DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos o gasto com pessoal, encargos e benefícios podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

			Em R\$ Mil
	Folha da Secretaria Municipal de Educação	26.503.398,61	26%
	Folha da Secretaria Municipal de Saúde	35.215.731,09	34%
	Somatório das Folhas das Outras Unidades	41.468.368,15	40%
	Total da Despesa com Pessoal + Benefícios	103.187.497,85	100%



DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório é de 15%. Em nosso caso, no 2º Quadrimestre aplicamos 27,01% destas receitas. Vale destacar que o gasto do município, acima do valor obrigatório, foi de R\$ 8.232.018,48. Abaixo demonstramos estes dados.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	27.107.818,34
IPTU	6.682.685,22
IRRF	3.700.712,27
ITBI	5.428.931,65
ISS	11.295.489,20
Transferências da União - (B)	11.076.124,44
Cota-Parte FPM - (100%)	10.922.489,42
Cota-Parte ITR	4.003,42
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	149.631,60
Transferências do Estado - (C)	27.635.381,91
Cota-Parte ICMS - (100%)	23.792.438,14
Cota-Parte IPVA	3.303.941,21
Cota-Parte IPI - (100%)	539.002,56
Demais Receitas Correntes - (D)	2.702.813,28
Multas, Juros de Mora Impostos	932.682,71
Divida Ativa dos Impostos	1.770.130,57
* TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (E)	16.446.142,96
TOTAL	68.522.137,97
Limite Constitucional Gastos com Saúde	10.278.320,70

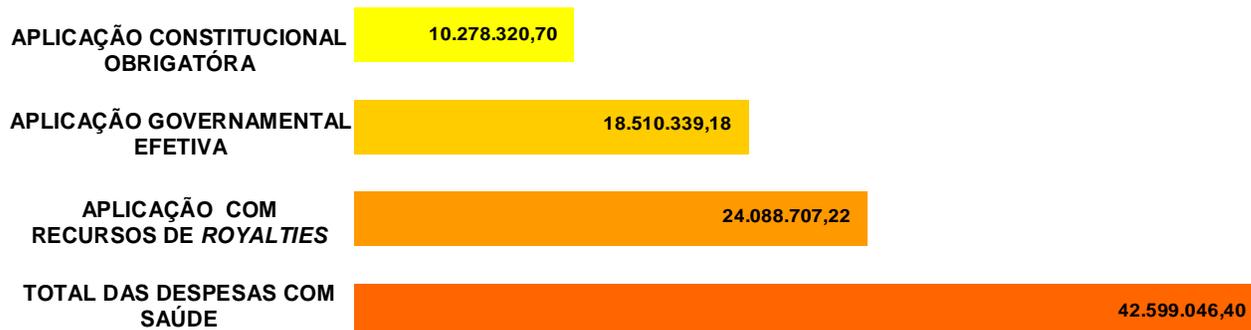
DESPESA	R\$
<u>Função 10 - SAÚDE</u>	
10.122 Administração Geral	3.066.635,53
10.301 Atenção Básica	3.684.732,51
10.302 Assitência Hospitalar e Ambulatorial	10.389.382,91
10.305 Vigilância Epidemiológica	1.369.588,23
TOTAL GERAL DESPESA COM SAÚDE	18.510.339,18

% APLICADO EM GASTOS COM SAÚDE:	%
Percentual Constitucional Gastos com Saúde - 15%	27,01%

DESPESA COM SAÚDE

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 24.088.707,22 com receitas de *Royalties*.

Ações de Serviços Públicos de Saúde		
Aplicação Constitucional Obrigatória	15%	10.278.320,70
Aplicação Governamental Efetiva	27,01%	18.510.339,18
Aplicação com Recursos de <i>Royalties</i>	35,15%	24.088.707,22
Total Aplicado	62,17%	42.599.046,40



DESPESA COM EDUCAÇÃO

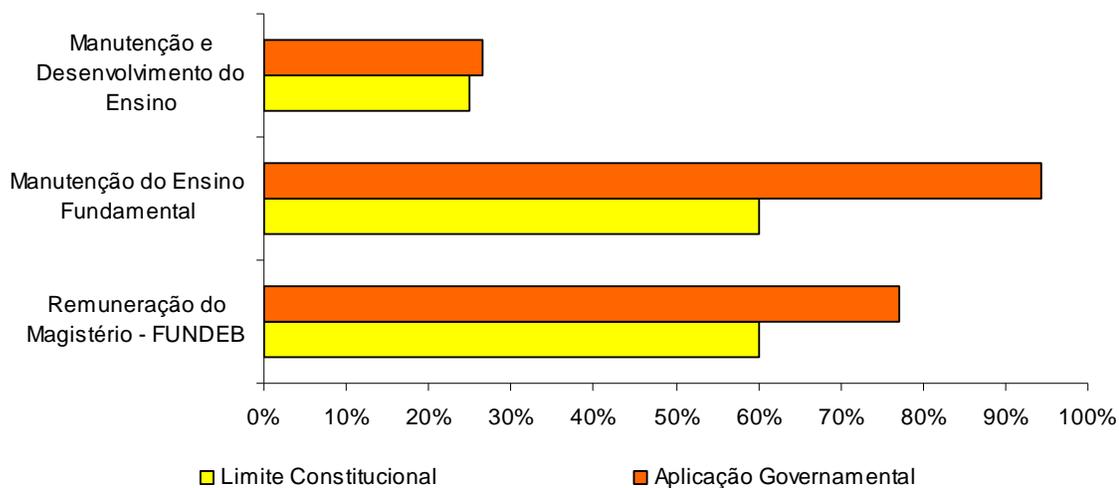
O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício, com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25 % das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 26,58% no 2º Quadrimestre de 2009, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
Impostos - (A)	27.107.818,34
IPTU	6.682.685,22
IRRF	3.700.712,27
ITBI	5.428.931,65
ISS	11.295.489,20
Transferências da União - (B)	11.076.124,44
Cota-Parte FPM - (100%)	10.922.489,42
Cota-Parte ITR	4.003,42
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	149.631,60
Transferências do Estado - (C)	27.635.381,91
Cota-Parte ICMS - (100%)	23.792.438,14
Cota-Parte IPVA	3.303.941,21
Cota-Parte IPI - (100%)	539.002,56
Demais Receitas Correntes - (D)	2.702.813,28
Multas, Juros de Mora Impostos	932.682,71
Divida Ativa dos Impostos	1.770.130,57
* TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB - (E)	16.446.142,96
RENDIMENTO APLIC. FINANCEIRA FUNDEB	144.185,61
TOTAL FONTE FUNDEB	16.590.328,57
TOTAL - BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = (A+B+C+D)	68.522.137,97
(-) Deduções para formação do FUNDEB - (F)	7.741.558,80

DESPESA	R\$
Função 12 - EDUCAÇÃO	10.906.265,98
12.361 Ensino Fundamental - (G)	8.421.948,47
12.362 Ensino Médio	139.090,62
12.365 Educação Infantil - (L)	2.052.700,55
12.367 Educação Especial	292.526,34
FUNDEB - (Recurso Vinculado) - (I)	15.377.813,53
12.361 Ensino Fundamental	11.588.836,83
Pessoal de Apoio	1.855.094,42
Magistério - (M)	9.733.742,41
12.365 Educação Infantil	3.788.976,70
Pessoal de Apoio	716.075,50
Magistério	3.072.901,20
TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO	26.284.079,51
(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (J) = (E-F)	8.704.584,16
TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)	18.216.207,82
TOTAL APLICADO NA MDE = (G+H+I-J)	15.095.177,84

DESPESA COM EDUCAÇÃO

Educação	Limite Constitucional		Aplicação Governamental	
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	17.130.534,49	26,58%	18.216.207,82
Manutenção do Ensino Fundamental	60%	10.278.320,70	94,35%	16.163.507,27
Remuneração do Magistério - FUNDEB	60%	9.867.685,78	77,19%	12.806.643,61



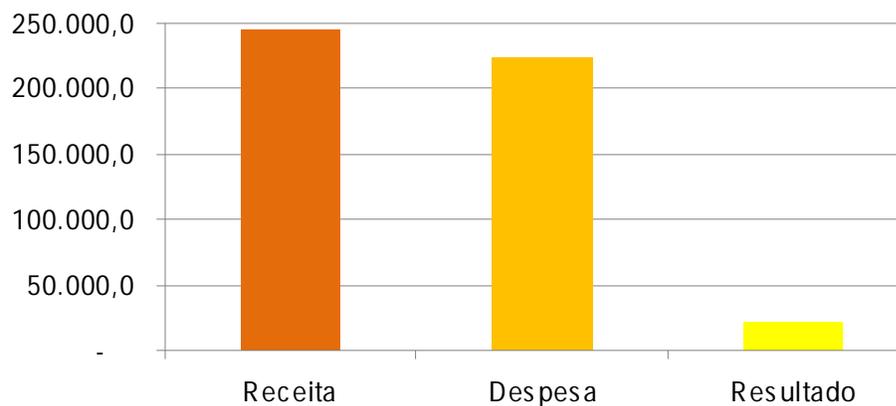
Utilizando os recursos provenientes dos *royalties*, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou R\$ 12.003.416,98 nos investimentos com Educação.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas liquidadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 2º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada.

Em R\$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	245.191,8	Despesas Liquidadas	223.971,1
		Resultado Orçamentário Positivo	21.220,7
TOTAL	245.191,8	TOTAL	245.191,8

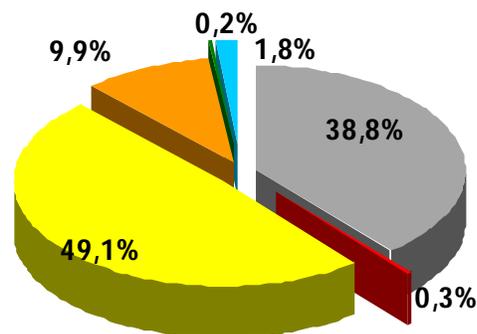


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

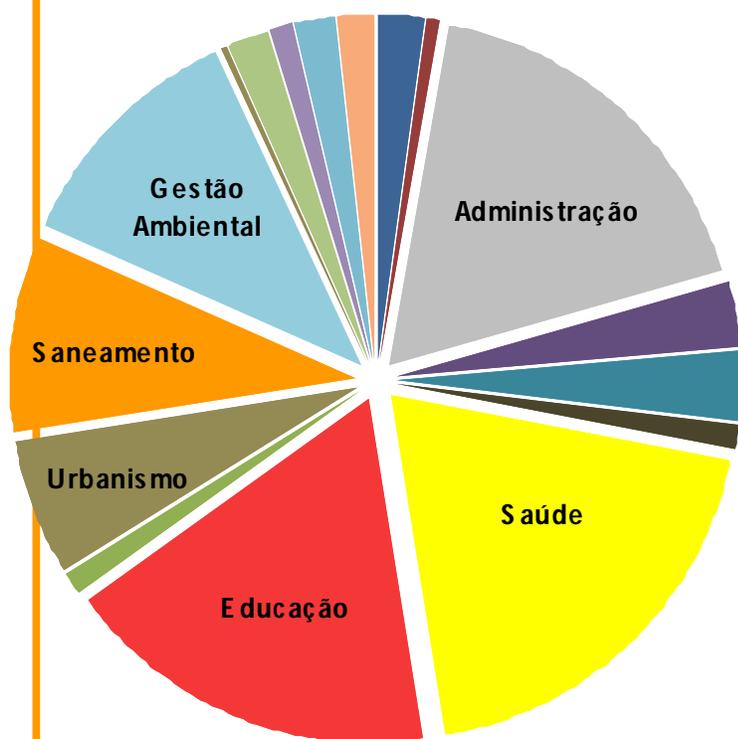
EXECUÇÃO DA DESPESA

As despesas orçamentárias quando classificadas por categoria econômica se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo.

	Em R\$ Mil
DESPESAS CORRENTES	197.499,8
Pessoal e Encargos Sociais	86.876,3
Juros e Encargos da Dívida	569,3
Outras Despesas Correntes	110.054,2
DESPESAS DE CAPITAL	22.479,4
Investimentos	22.084,5
Amortização da Dívida	394,9
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.991,9
Pessoal e Encargos Sociais	3.991,9
TOTAL	223.971,1



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, representado abaixo, fica evidente que o volume de receita do município empregada em saúde e educação, representa aproximadamente 37% do total da despesa liquidada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos sociais no município.



Em R\$ MIL		
Função de Governo	Valor	%
Legislativa	5.189,4	2,3%
Judiciária	1.186,4	0,5%
Administração	39.702,7	17,7%
Segurança Pública	6.960,5	3,1%
Assistência Social	7.108,9	3,2%
Previdência Social	2.547,3	1,1%
Saúde	43.884,1	19,6%
Educação	38.783,3	17,3%
Cultura	2.597,9	1,2%
Urbanismo	14.429,5	6,4%
Saneamento	20.653,8	9,2%
Gestão Ambiental	25.407,6	11,3%
Agricultura	686,0	0,3%
Indústria	157,8	0,1%
Comércio e Serviços	4.259,7	1,9%
Desporto e Lazer	2.477,4	1,1%
Encargos Especiais	3.946,9	1,8%
Intra-Orçamentárias	3.991,9	1,8%
Total	223.971,1	100,0%

Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 28 de setembro de 2009.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA
Secretária Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES
Secretário Municipal de Fazenda